O despertar do Sul Global

El despertar del Sur Global

The Rise of the Global South

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Rychard de Lima Monteiro

Resumo: Em fevereiro de 2026, o cenário da cooperação internacional foi marcado pela redefinição estratégica de instituições-chave e pelo avanço de parcerias técnicas. O UNOSSC apresentou seu Marco Estratégico 2026-2029, transitando de executor a catalisador global via financiamento misto, enquanto o G-77 e China reforçaram a urgência da reforma financeira global e da erradicação da pobreza frente à Agenda 2030.

A diplomacia brasileira consolidou sua presença estruturante na África. A ABC inaugurou escritório em Adis Abeba para interlocução com a União Africana, ao passo que a Fiocruz avançou em Angola e parcerias com a DNDi. Em Moçambique, a cooperação triangular Brasil-Japão elevou a gestão hospitalar local, reafirmando o compromisso do país com a saúde global.

No plano normativo, o MNA e o Centro Sul articularam em Genebra a defesa da soberania tecnológica e fiscal. Os debates focaram na governança equitativa da Inteligência Artificial e em minerais críticos, contrapondo-se às limitações da OCDE e OMC. Ações concretas, como a sinergia farmacêutica Índia-Sérvia ("farmácia do mundo"), exemplificaram a busca por autonomia.

Complementando essa agenda, a NAMYO promoveu o Fórum de Jovens Líderes, integrando soberania educativa e justiça climática através de "Empregos Verdes". O Centro Sul encerrou o mês propondo o *Global South Hub* e o uso de IA para coordenação diplomática, buscando transformar o discurso de não ingerência em resiliência econômica e autonomia tecnológica concreta para o Sul Global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen. *En febrero de 2026, el escenario de la cooperación internacional estuvo marcado por la redefinición estratégica de instituciones clave y el avance de alianzas técnicas. La UNOSSC presentó su Marco Estratégico 2026-2029, transitando de ejecutor a catalizador global mediante el financiamiento mixto, mientras que el G-77 más China reforzó la urgencia de la reforma financiera global y la erradicación de la pobreza frente a la Agenda 2030.*

La diplomacia brasileña consolidó su presencia estructural en África. La Agencia Brasileña de Cooperación inauguró una oficina en Adís Abeba para la interlocución con la Unión Africana, al tiempo que la Fiocruz avanzó en Angola y en alianzas con la DNDi. En Mozambique, la cooperación triangular Brasil-Japón elevó la gestión hospitalaria local, reafirmando el compromiso del país con la salud global.

En el plano normativo, el MNOAL (Movimiento de Países No Alineados) y el Centro Sur articularon en Ginebra la defensa de la soberanía tecnológica y fiscal. Los debates se centraron en la gobernanza equitativa de la Inteligencia Artificial y en los minerales críticos, contraponiéndose a las limitaciones de la OCDE y la OMC. Acciones concretas, como la sinergia farmacéutica India-Serbia (la "farmacia del mundo"), ejemplificaron la búsqueda de autonomía.

Complementando esta agenda, la NAMYO promovió el Foro de Jóvenes Líderes, integrando la soberanía educativa y la justicia climática a través de "Empleos Verdes". El South Centre cerró el mes proponiendo el Global South Hub y el uso de la IA para la coordinación diplomática, buscando transformar el discurso de no injerencia en resiliencia económica y autonomía tecnológica concreta para el Sur Global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract. *In February 2026, the international cooperation landscape was shaped by the strategic redefinition of key institutions and the advancement of technical partnerships. UNOSSC presented its 2026-2029 Strategic Framework, transitioning from an implementer to a global catalyst via blended finance, while the G-77 and China reinforced the urgency of global financial reform and poverty eradication in light of Agenda 2030.*

Brazilian diplomacy consolidated its structural presence in Africa. The Brazilian Cooperation Agency inaugurated an office in Addis Ababa to strengthen dialogue with the African Union, while Fiocruz made progress in Angola and expanded partnerships with the DNDi. In Mozambique, Brazil-Japan triangular cooperation enhanced local hospital management, reaffirming the country's commitment to global health.

On the normative front, the NAM and the South Centre coordinated efforts in Geneva to defend technological and fiscal sovereignty. Debates focused on the equitable governance of Artificial Intelligence and critical minerals, countering the limitations of the OECD and WTO. Concrete actions, such as the India-Serbia pharmaceutical synergy (the "pharmacy of the world"), exemplified the drive for autonomy.

Complementing this agenda, NAMYO promoted the Youth Leaders Forum, integrating educational sovereignty and climate justice through "Green Jobs." The South Centre concluded the month by proposing a Global South Hub and the use of AI for diplomatic coordination, seeking to transform the discourse of non-interference into economic resilience and concrete technological autonomy for the Global South.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos,

especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do mês de fevereiro de 2026





O mês foi um período de viragem institucional para o UNOSSC. O evento central foi a 1ª Sessão Regular de 2026 do Conselho Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS, realizada entre os dias 2 e 5 de fevereiro.

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, apresentou formalmente o novo **Marco Estratégico (DP/CF/SSC/8)** para o ciclo 2026-2029. Este documento consolida a "redefinição fundamental" da agência, passando de uma função de execução de projetos para um papel de catalisador de parcerias globais e líder de pensamento.

Durante as sessões, discutiu-se a realidade financeira crítica do UNOSSC, já que o PNUD reduziu o financiamento do UNOSSC para US$ 16,6 milhões (comparado aos US$ 22,3 milhões do ciclo anterior). Desta forma, comprometeu-se a utilizar estes recursos apenas de forma "catalítica". O UNOSSC passará a focar em mecanismos de **financiamento misto** e **conversão de dívida** para alavancar novos recursos para o Sul Global e compensar a queda na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Diálogo Político com o G-77 e China

Um marco importante foi a interação com o G-77 e a China. Em 5 de fevereiro, o G-77 emitiu uma declaração formal expressando preocupação com os cortes orçamentários, mas reafirmando o apoio ao mandato do UNOSSC (ver na sessão do G-77)

O UNOSSC iniciou o desenvolvimento de "arranjos de implementação" para incorporar o feedback do G-77, garantindo que a nova estratégia não abandone as necessidades operacionais dos países do Sul Global.

Outra atividade no mês foi a mobilização do UNOSSC para angariar apoio à sua nova **Aliança Global**, uma plataforma multissetorial desenhada para traduzir a procura dos países em parcerias escalonáveis, integrando bancos de desenvolvimento, o setor privado e a academia.

E em relação à iniciativa ONU80, estão tentando demonstrar como a cooperação Sul-Sul pode ser um acelerador para os ODS, especialmente em áreas como transição digital, inteligência artificial e ação climática.

Gestão dos Fundos Fiduciários

Apesar de sua reestruturação, o UNOSSC reafirmou seu papel na gestão fiduciária de fundos importantes, como o **Fundo Fiduciário da Índia-ONU** e o **Fundo Pérez-Guerrero**, garantindo que projetos em curso (como o abrigo de furacões nas Bahamas ou iniciativas no Rio Mekong) não fossem interrompidos pela transição estratégica.

Em suma, fevereiro de 2026 não foi um mês de "execução de campo" tradicional, mas sim um mês de definição política e sobrevivência institucional, onde o UNOSSC garantiu o seu mandato para os próximos quatro anos sob um modelo mais enxuto e estratégico.

Marco Estratégico 2026-2029 do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) – pontos principais

Reestruturação Fundamental (Reset)

O documento estabelece uma "redefinição fundamental" para o UNOSSC, visando torná-lo mais ágil e eficiente diante de um cenário de declínio da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e crises globais. O objetivo é transformar a agência em um catalisador de inovação e mudança, alinhado às reformas da iniciativa "ONU80".

Criação de uma Aliança Global

Uma das propostas centrais é a criação de uma Aliança para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Esta funcionará como uma plataforma de colaboração multissetorial para:

- Alavancar recursos técnicos e financeiros.
- Facilitar a programação conjunta e a implementação no terreno.
- Incluir agências da ONU, bancos de desenvolvimento, setor privado e academia.

Novas Capacidades Essenciais

O UNOSSC passará a focar em quatro capacidades principais:

- **Ponto Focal e Convocador:** Atuar como mediador imparcial no sistema ONU.
- **Gestor Estratégico:** Facilitar e gerenciar a nova aliança global.
- **Líder de Pensamento:** Atuar como um hub de conhecimento e inovação, utilizando tecnologias como Inteligência Artificial.
- **Inovador de Financiamento:** Apoiar modelos liderados pelo Sul, como financiamento misto (*blended finance*) e trocas de dívida por metas de desenvolvimento.

Realidade Financeira e Eficiência

O documento revela uma redução significativa no financiamento proveniente do PNUD, que alocou **US$ 16,6 milhões** para o ciclo 2026-2029, comparado aos US$ 22,3 milhões do ciclo anterior.

- Essa redução serve como incentivo para o UNOSSC adotar um papel mais estratégico e menos administrativo.
- Os recursos serão direcionados exclusivamente para fins catalíticos e "capital semente" para soluções escaláveis.
- Haverá uma busca por maior recuperação de custos para garantir a sustentabilidade das operações.

Prioridades Temáticas

O plano foca em áreas críticas para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- Transformação digital e governança de IA.
- Ação climática e transições energéticas verdes.

- Financiamento inovador para superar gargalos nos ODS.
- Desenvolvimento inclusivo (gênero, juventude e populações vulneráveis).

Gestão Baseada em Impacto

O UNOSSC pretende abandonar o modelo tradicional de relatórios focados em "atividades" para priorizar a medição de **impactos sistêmicos**. Isso inclui a criação de um "cartão de pontuação" (*score card*) para as agências da ONU e o uso de dados qualitativos para avaliar como as iniciativas realmente mudam a vida das pessoas.

O novo Marco Estratégico detalha como o UNOSSC pretende estreitar a colaboração com os Coordenadores Residentes (RCs) e as Equipes de País da ONU (UNCTs) para que a cooperação Sul-Sul deixe de ser uma atividade periférica e se torne central no desenvolvimento local:

- **Integração via DCO:** O UNOSSC fortalecerá sua ligação com o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento (DCO), buscando ampliar sua voz nos grupos de decisão da ONU.
- **Alinhamento de Diretrizes:** O escritório utilizará orientações formuladas em parceria com o DCO para integrar a cooperação Sul-Sul e triangular em todas as atividades de desenvolvimento da ONU.
- **Foco no Nível Nacional:** A estratégia visa garantir que essas modalidades de cooperação respondam diretamente às prioridades nacionais e impulsionem resultados locais.
- **Instrumentos de Programação:** Os Quadros de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCFs) serão a principal ferramenta para aplicar essas atividades no nível dos países.
- **Interação Sistemática:** Haverá uma interação mais próxima e sistemática com o Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU para garantir que a cooperação Sul-Sul faça parte do trabalho diário dos Coordenadores Residentes.
- **Mecanismo Interagencial Reinvigorado:** Através de planos de ação anuais, o Mecanismo Interagencial promoverá sinergias entre as entidades da ONU e os Coordenadores Residentes para melhorar a coordenação de políticas e apoio programático no terreno.

Outros destaques do UNOSSC

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, liderou uma série de compromissos estratégicos focados na expansão da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), destacando-se o lançamento do Relatório Regional UNOSSC-DCO, que reafirma a América Latina e o Caribe como arquitetos fundamentais deste modelo integrado às estruturas da ONU.

Em reuniões com a diplomata Mathu Joyini e o representante do Azerbaijão, Tofig Musayev, Al-Khatib explorou o fortalecimento de parcerias multissetoriais através da futura Aliança Global e da plataforma *South-South Galaxy*, visando conectar soluções do Sul a financiamentos e especialistas. Esses esforços, que incluem a colaboração com o Azerbaijão para o Fórum Urbano Mundial (WUF13) e parcerias com a AIDAzerbaijan e o ASAN Service, buscam transformar evidências em ações concretas e diálogos políticos para ampliar o desenvolvimento sustentável global.

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde



6 de fevereiro de 2026 – inauguração do escritório da ABC na Etiópia

Foi inaugurado em Adis Abeba, sede da União Africana, o Escritório de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. A estrutura, subordinada à Embaixada do Brasil na Etiópia, havia sido formalizada em abril de 2025 por ato do ministro Mauro Vieira.

O evento contou com a presença do diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Ruy Pereira, além de autoridades brasileiras, etíopes e representantes de organismos internacionais. Também participaram a presidente da Embrapa, Sílvia Massruhá, o embaixador do Brasil em Adis Abeba, Jandyr Ferreira dos Santos, e representantes da ApexBrasil, Sebrae e Fiocruz. Na ocasião, destacou-se o início das atividades do técnico José Ednilson Miranda, da Embrapa, que atua permanentemente no escritório desde setembro de 2025.

O novo Escritório atuará em coordenação com a ABC, o governo etíope e a União Africana para planejar e executar projetos de cooperação técnica, científica, tecnológica e de assistência humanitária. Segundo o diretor da ABC, a iniciativa concretiza o compromisso assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2024 de ampliar a presença brasileira na África. O foco será o fortalecimento de parcerias em setores como agricultura, saúde e meio ambiente, além da cooperação com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), visando projetos alinhados à Agenda 2063.

Para saber mais, clique aqui.



9 de fevereiro de 2026 – Brasil, Japão e Moçambique celebram avanços na gestão hospitalar moçambicana

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) divulgou os resultados de uma iniciativa de cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique, voltada ao fortalecimento da gestão hospitalar e à melhoria do atendimento no país africano.

O projeto, realizado em parceria com o Ministério da Saúde de Moçambique, o Hospital Central de Maputo e a Agência Japonesa de Cooperação (JICA), adaptou com sucesso o modelo de experiências do Sistema Único de Saúde (SUS) à realidade local.

Entre as principais entregas, destacam-se a implantação de um Programa de Qualidade Hospitalar, a estruturação de um sistema ágil para transferência de pacientes e a atualização de normas técnicas. Além disso, a iniciativa promoveu capacitações em áreas críticas, como UTI, neonatologia e imagiologia, beneficiando 139 profissionais. Esses avanços consolidam a segurança clínica e elevam o padrão dos serviços prestados à população moçambicana.

Para saber mais, clique aqui.

A Fiocruz na cooperação Sul-Sul em saúde



Fiocruz e Ministério da Saúde de Angola avançam na etapa final da atualização do Mapa Entomológico do país

Entre 26 de fevereiro e 5 de março de 2026, gestores da Fiocruz estão cumprindo agenda em Luanda, Angola, para negociar as etapas finais da atualização do mapa entomológico nacional.

A iniciativa, liderada pelo Ministério da Saúde de Angola, integra o Programa Regional de Aprimoramento dos Sistemas de Vigilância de Doenças (REDISSE IV) e conta com financiamento do Banco Mundial para fortalecer a resposta a surtos e ameaças à saúde pública no continente africano.

A Fiocruz foi selecionada para executar a atualização do mapa, sob a coordenação da Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais e a liderança técnica da Fiocruz Rondônia, com o apoio do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Fórum Itaboraí.

Desde março de 2025, o projeto promove o fortalecimento da vigilância entomológica angolana por meio do intercâmbio de saberes e formação de recursos humanos. O histórico de ações inclui:

- **Capacitação inicial (abril/maio de 2025):** 95 profissionais de diversas províncias foram treinados em entomologia básica e coleta de vetores.
- **Expedições de campo:** Coletas realizadas em províncias como Luanda, Huambo e Lubango evoluíram para uma cobertura nacional completa em janeiro de 2026.
- **Formação no Brasil (julho de 2025):** Técnicos angolanos passaram por imersão nos campi da Fiocruz no Rio de Janeiro, Rondônia e Manaus, com foco em detecção molecular e monitoramento de resistência de vetores.

Próximos Passos Ao longo do mês de março de 2026, especialistas da Fiocruz estarão no Instituto de Investigações em Saúde (Angola) para capacitar profissionais em taxonomia de vetores. A etapa final prevê a elaboração conjunta do Mapa Entomológico, utilizando análise de dados coletados em campo.

Esta ação é pilar fundamental para políticas de prevenção a epidemias e reflete o conceito de **Cooperação Sul-Sul estruturante** da Fiocruz: uma abordagem multidisciplinar que forma multiplicadores e garante a sustentabilidade do conhecimento local.



11 de fevereiro de 2026 – Fiocruz e DNDi[1] consolidam Aliança Estratégica para o combate a doenças negligenciadas

Representantes da Fiocruz e da DNDi reuniram-se no Campus da Fiocruz no Rio de janeiro, para alinhar objetivos e consolidar a parceria estratégica entre as instituições.

[1] DNDi – *Drugs for Neglected Diseases initiative*, ou Iniciativa de Medicamentos para Doenças Negligenciadas

As discussões foram em torno do fortalecimento do *Joint Steering Committee* e articulação em blocos internacionais (Mercosul, OPAS e BRICS) e a transferência de tecnologia e registros dos medicamentos ravidasvir, miltefosina e nifurtimox.

Discutiu-se também o alinhamento sobre os próximos passos e avanços nas pesquisas conjuntas sobre Dengue.

A DNDi reafirmou seu apoio ao processo de internacionalização da Fiocruz, e ambas as instituições reiteraram o compromisso com inovação, produção local e acesso equitativo a tecnologias em saúde, especialmente para doenças negligenciadas priorizadas pela Organização Mundial da Saúde.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[2], Nairóbi (UNEP)[3], Paris (UNESCO)[4], Roma (FAO/IFAD)[5], Viena (UNIDO)[6] e Washington (G-24)[7].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

16 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC sobre as transformações dos sistemas agroalimentares para não deixar ninguém para trás, painel 1: Ampliar o financiamento para transformar os sistemas agroalimentares: Acelerando as oportunidades de emprego e empreendorismo.

O G-77 e a China destacaram a importância da transformação dos sistemas agroalimentares como pilar fundamental para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o combate à fome. O Grupo enfatizou que, para os países em desenvolvimento, esses sistemas são motores de prosperidade econômica e geração de empregos, mas alertou que as lacunas de financiamento internacional permanecem críticas e abaixo do necessário para enfrentar desastres e a variabilidade climática. Nesse sentido, defendeu-se um aumento no financiamento previsível e acessível, instando as instituições financeiras internacionais a

[2] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[3] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[4] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[5] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[6] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[7] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

buscarem soluções urgentes para países altamente endividados, sempre respeitando a soberania e as prioridades nacionais.

O Grupo ressaltou que o financiamento público continua sendo vital, embora o setor privado possa desempenhar um papel complementar através de modelos de financiamento misto, desde que estes sejam transparentes e voltados para pequenos produtores, mulheres, jovens e comunidades indígenas. Além disso, o Grupo defendeu a revitalização do setor agrícola por meio de investimentos em educação, alfabetização digital e tecnologias de informação, visando criar empregos dignos e garantir a segurança alimentar.

Por fim, pediram maior acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial, e pelo fortalecimento de programas de capacitação em agrotecnologia e inovação. O Grupo também expressou profunda preocupação com o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais, que prejudicam a capacidade de desenvolvimento dos sistemas agroalimentares, e defendeu que, com meios de implementação adequados, o setor pode se tornar um motor poderoso para o crescimento inclusivo e o empreendedorismo rural.

13 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião informal com o vice-presidente do ECOSOC sobre as atividades operacionais do segmento de desenvolvimento

O G-77 e a China estabeleceram suas prioridades para o Segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento (OAS) do ECOSOC de 2026, enfatizando que a erradicação da pobreza deveria ser o eixo central da agenda. O Grupo defendeu uma estrutura de painéis mais enxuta e interativa para permitir maior diálogo com os Estados-Membros, além de ter solicitado discussões específicas sobre os países que corriam o risco de serem deixados para trás na reta final da Agenda 2030.

Um ponto de grande relevância foi a exigência de um financiamento sustentável, previsível e adequado para o Sistema de Desenvolvimento da ONU e para o sistema de Coordenadores Residentes. O Grupo destacou que obstáculos como a dívida externa, as mudanças climáticas e as medidas coercitivas unilaterais afetavam desproporcionalmente os países em desenvolvimento e dificultavam o trabalho das equipes da ONU em campo.

Quanto às reformas institucionais, o G-77 expressou apoio à Iniciativa ONU80, desde que esta não comprometa os mandatos de desenvolvimento nem interrompa a entrega de resultados. Eles solicitaram diálogos detalhados sobre as propostas de fusão e reconfiguração de equipes, além de atualizações sobre a implementação do Compromisso de Sevilha.

12 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião plenária da AGNU sobre a nomeação dos membros do painel científico internacional independente sobre Inteligência Artificial.

O G-77 e a China destacaram que o processo de seleção para o Painel Independente sobre Inteligência Artificial (IA) deve ser pautado pela transparência, mérito e diversidade regional e acadêmica, reconhecendo os esforços do Secretário-Geral para garantir uma representação geográfica ampla. O Grupo reiterou que o Painel deve atuar como um órgão multidisciplinar e baseado em evidências, com avaliações científicas sobre riscos, oportunidades e governança da IA, além de orientações imparciais que assegurem o acesso equitativo e inclusivo a essa tecnologia. Para o Grupo, é fundamental que os países em desenvolvimento

sejam capazes de fomentar sua autonomia tecnológica, gerir riscos e desenhar políticas nacionais baseadas no conhecimento.

O Grupo enfatizou a necessidade urgente de marcos internacionais abrangentes que garantam a inclusão plena do Sul Global na governança da IA, respeitando os princípios de soberania nacional e transparência. Para evitar que qualquer país seja deixado para trás, defenderam que a cooperação internacional priorize a capacitação, o financiamento acessível, a transferência de tecnologia e uma governança de dados justa, fortalecendo também a cooperação Sul-Sul e triangular. Se governada de forma adequada, a IA é vista como uma ferramenta capaz de transformar serviços públicos, expandir o acesso à saúde e educação e acelerar o cumprimento da Agenda 2030.

Por fim, o G77 e a China reafirmaram que o Painel Independente deve estar alinhado às iniciativas existentes da ONU e conectado ao Diálogo Global sobre Governança da IA, servindo como base para discussões políticas. O Grupo apoiou as recomendações do Secretário-Geral, lamentando que um tema de tamanha relevância tenha sido levado a votação, e reafirmou seu compromisso com uma abordagem de governança que previna o aumento do fosso digital e garanta que a inteligência artificial sirva como um motor de desenvolvimento sustentável e prosperidade compartilhada para todos.

12 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a 1ª reunião informativa com os Co facilitadores do documento final do Fórum de Financiamento para o desenvolvimento do ECOSOC de 2026

O Grupo dos 77 e a China expressaram preocupação com o cronograma proposto para as negociações, defendendo um processo mais inclusivo que respeite as prioridades substantivas dos países em desenvolvimento. O Grupo enfatizou que o "Compromisso de Sevilha" representa uma conquista histórica para o Sul Global e que o documento de resultados de 2026 deve ser conciso e focado exclusivamente na implementação dessas metas, evitando renegociações ou retrocessos em relação à ambição já estabelecida. Nesse contexto, o Grupo defendeu que o Fórum de Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) deve servir para explorar vias de financiamento e garantir a coerência entre os diversos atores do sistema financeiro.

Entre os elementos essenciais para o novo documento, o Grupo destacou a mobilização de recursos públicos domésticos, o combate aos fluxos financeiros ilícitos e a necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira internacional para torná-la mais resiliente e equitativa. Além disso, o G-77 e a China destacaram a importância de enfrentar os desafios da sustentabilidade da dívida, garantir que o comércio internacional funcione como motor de desenvolvimento e assegurar o acesso à capacitação técnica. O Grupo também reafirmou que medidas coercitivas unilaterais constituem um obstáculo maior ao desenvolvimento social e econômico, prejudicando a capacidade de mobilização de recursos para a Agenda 2030.

Por fim, o G-77 e a China propuseram que o documento de 2026 esteja diretamente ligado às áreas de ação bienais definidas em Sevilha, incluindo o setor privado, o comércio internacional e as questões sistêmicas da arquitetura financeira. O Grupo reiterou a importância vital da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e a necessidade de que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento otimizem e aumentem sua capacidade de empréstimo, com a perspectiva de triplicá-la, para gerar um impulso real na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

11 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas primeiras consultas informais do processo de revisão do ECOSOC e do HLPF

O G-77 e a China destacaram que a revisão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e do Fórum Político de Alto Nível (HLPF) deve ser conduzida de forma transparente, inclusiva e liderada pelos Estados-membros por meio de negociações intergovernamentais diretas. O Grupo reiterou que os processos de revisão desses dois órgãos são distintos e devem permanecer separados, respeitando seus mandatos e funções específicas dentro do sistema das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que se preserva a natureza intergovernamental de ambos. Enfatizaram a necessidade de maior clareza e coordenação entre a AGNU, o ECOSOC e o HLPF para reduzir a duplicidade de esforços e aliviar a carga de documentos a serem examinados.

Em relação ao HLPF, o Grupo reafirmou que o mecanismo de acompanhamento da Agenda 2030 deve ser voluntário e liderado pelos países, respeitando estritamente a soberania nacional e o espaço político de cada nação. Nesse sentido, defenderam que as Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) não se transformem em ferramentas de condicionalidade ou padronização, mas que o tempo destinado às suas apresentações seja aumentado para permitir uma troca real de experiências e lições aprendidas.

Sobre o ECOSOC, o G-77 sublinhou seu papel central no avanço das prioridades dos países em desenvolvimento, argumentando que a revisão não deve reescrever seu mandato, mas sim fortalecer sua eficácia no acompanhamento de grandes documentos internacionais, como os acordos de 2025 sobre financiamento e desenvolvimento social.

Por fim, o Grupo se opôs ao enfraquecimento de estruturas existentes e reafirmou seu compromisso em contribuir com insumos substantivos para garantir que os resultados da revisão reflitam as aspirações de desenvolvimento do Sul Global.

10 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pelo presidente do G-77 na 64ª sessão da comissão para o desenvolvimento social, para apresentar o projeto de resolução intitulado “dimensões sociais da nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD)

O documento trata da apresentação de uma resolução técnica que atualiza o apoio internacional ao desenvolvimento da África, integrando diretrizes globais de desenvolvimento social com as metas de longo prazo da própria União Africana.

O Grupo reafirmou seu apoio histórico ao Programa de Ação de Copenhague (estabelecido na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 1995). Esta resolução da Comissão para o Desenvolvimento Social é uma expressão desse compromisso, conforme delineado no Compromisso 7 da Declaração de Copenhague, que visa acelerar o desenvolvimento econômico, social e de recursos humanos na África.

A resolução deste ano foi atualizada tecnicamente para refletir a recente 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em novembro de 2025 em Doha, bem como para reconhecer resoluções anteriores sobre o tema. É importante destacar a atualização técnica da resolução anual sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). A principal mudança foi o reconhecimento formal da integração da NEPAD à **Agenda 2063 da União Africana**, além de refletir os resultados da recente 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social

05 de fevereiro de 2026 – Declaração realizada pela Delegação do Uruguai na primeira sessão ordinária do Conselho Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS, item 14 da pauta: Consideração do quadro estratégico da UNOSSC 2026-2029.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFPA – é o Fundo de População das Nações Unidas. Ele é a agência da ONU responsável por questões de saúde reprodutiva, planejamento familiar e dinâmica populacional.

UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos é o braço operacional da ONU voltado para a implementação de projetos e gestão de infraestrutura, compras e recursos humanos

O G-77 e a China reafirmaram a premissa de que a paz global é indissociável do desenvolvimento sustentável. Enfatizaram que, diante da atual conjuntura de incertezas, os países em desenvolvimento tornaram-se ainda mais dependentes de um sistema das Nações Unidas robusto e devidamente financiado. A cooperação internacional, com foco especial na cooperação Sul-Sul, deve ser o pilar central para garantir que nenhuma nação seja deixada para trás.

O Grupo expressou profunda preocupação com os desafios financeiros enfrentados pela ONU, decorrentes do não pagamento de contribuições obrigatórias por parte de Estados-membros. Destacaram que, embora a eficiência administrativa seja necessária, as medidas de austeridade adotadas não poderiam ocorrer em detrimento dos mandatos essenciais aos países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o G-77 e a China defenderam a necessidade de um equilíbrio que preserve tanto a integridade das políticas estratégicas quanto as funções operacionais da entidade.

Marco Estratégico 2026-2029 e Governança

O Grupo analisou o Quadro Estratégico 2026-2029 do UNOSSC, reiterando a importância do princípio de representação geográfica equitativa. Recordaram o sucesso histórico de mecanismos como o Fundo Fiduciário Pérez-Guerrero, que tem entregado resultados concretos para populações vulneráveis. Apesar das reduções de recursos projetadas pelo PNUD para o próximo ciclo, o Grupo reconheceu o diálogo construtivo mantido com a administração e acolheu as garantias de suporte contínuo à gestão fiduciária dos fundos.

05 de fevereiro de 2026 – **COMUNICADO ESPECIAL** do G-77 e da China sobre as novas medidas dos EUA que endurecem o embargo contra Cuba

Em relação ao anúncio do Governo dos Estados Unidos sobre novas medidas que endurecem ainda mais o embargo econômico, comercial e financeiro imposto à República de Cuba, incluindo ações destinadas a obstruir o fornecimento de petróleo ao país e a imposição de sanções a terceiros Estados que mantêm relações comerciais legítimas com Cuba, as quais têm claros efeitos extraterritoriais, o Grupo destacou que essas medidas são contrárias aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, e minam o multilateralismo, a cooperação econômica internacional e o sistema multilateral de comércio baseado em regras, não discriminatório, aberto, justo e equitativo, que tem a Organização Mundial do Comércio como núcleo. Ao mesmo tempo, agravam as dificuldades de Cuba para

realizar operações financeiras e comerciais, ameaçando o sustento e a integridade da população cubana.

Conforme declarado em sucessivas declarações ministeriais, o G-77 e a China, reafirmaram seu apelo ao Governo dos Estados Unidos para que ponha fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto a Cuba há mais de seis décadas, o qual constitui o principal obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o Grupo lamentou as medidas implementadas pelo Governo dos Estados Unidos desde 9 de novembro de 2017, que reforçam o embargo, incluindo a inclusão arbitrária de Cuba na lista unilateral de Estados que supostamente patrocinam o terrorismo.

O Grupo reafirmou sua solidariedade a Cuba e exortaram todos os Estados a defenderem o multilateralismo, a cooperação internacional e a solidariedade, e a respeitarem integralmente o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, a equidade e a prosperidade compartilhada para todos.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques

No dia 5 de fevereiro de 2026, os Estados-membros do Movimento dos Não-Alinhados realizaram uma reunião de cúpula em nível de embaixadores nas Nações Unidas em Genebra. O encontro teve como objetivo central a harmonização de discursos e a concertação de posições políticas antes das sessões plenárias das assembleias mais amplas da ONU.

A reunião buscou assegurar que as prioridades do Sul Global não fossem diluídas nas agendas das grandes potências, reafirmando o compromisso do bloco com a autonomia decisória e o multilateralismo.

A agenda de discussões concentrou-se em três pilares fundamentais para a estabilidade e o progresso dos países em desenvolvimento:

- **Segurança Internacional:** Os embaixadores enfatizaram a necessidade de soluções pacíficas para controvérsias e o respeito estrito à soberania nacional. Houve um foco renovado no desarmamento e na oposição ao uso de medidas coercitivas unilaterais como ferramenta de pressão política.

- **Direitos Humanos:** O bloco concentrou-se na abordagem que prioriza o Direito ao Desenvolvimento e os direitos econômicos e sociais. O grupo defendeu a universalidade dos

direitos humanos, desde que livre de seletividades geopolíticas e que respeite as particularidades culturais e históricas de cada nação.

- **Desenvolvimento Sustentável:** No âmbito econômico, a reunião focou na reforma da arquitetura financeira global. As discussões incluíram o acesso equitativo a tecnologias, o financiamento climático por parte das nações industrializadas e a mitigação dos impactos das dívidas externas sobre as populações mais vulneráveis.

No dia 13 de fevereiro de 2026, reafirmando sua posição como o principal articulador dos interesses do Sul Global, e em seguimento à reunião de cúpula em nível de embaixadores, a cúpula do MNA reuniu-se formalmente com a Presidência do Conselho de Direitos Humanos (CDH).

O encontro serviu para atuar como uma voz unificada e discutir prioridades comuns com o Presidente do Conselho, enfatizando os princípios de igualdade soberana e não ingerência.

O grupo reforçou que a eficácia da governança global de direitos humanos depende de um diálogo que respeite as autonomias nacionais e priorize a cooperação técnica em detrimento de mecanismos punitivos.

Para a **61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC61)**, que segue sendo realizada em Genebra (fevereiro e março de 2026,) a Declaração Conjunta do Movimento dos Não-Alinhados sobre o papel da tecnologia no desenvolvimento focou na democratização do acesso digital e na proteção da soberania nacional.

Síntese dos pontos centrais dessa declaração:

Declaração Conjunta: O Papel das Tecnologias Emergentes no Desenvolvimento e nos Direitos Humanos (HRC61)

A declaração do MNA estabeleceu uma posição firme sobre como a inovação tecnológica deve servir como uma ferramenta de emancipação, e não como um novo vetor de desigualdade ou interferência externa.

O MNA enfatizou que o acesso a tecnologias de ponta (como Inteligência Artificial e Biotecnologia) é um componente intrínseco do Direito ao Desenvolvimento e que a exclusão digital atua como uma barreira para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, é urgente a criação de mecanismos internacionais para a transferência tecnológica em termos favoráveis para os países do Sul Global.

Um ponto crítico da declaração foi a Soberania Digital. O MNA expressou preocupação com o uso de plataformas tecnológicas para:

- Campanhas de desinformação que visam desestabilizar governos soberanos.
- A extração de dados de populações vulneráveis sem o devido retorno econômico ou social aos países de origem.
- A vigilância em massa, defendendo que o espaço digital deve ser um ambiente de cooperação, e não de controle geopolítico.

O MNA criticou a tentativa de certos países de impor padrões éticos e regulatórios de tecnologia que não consideram as realidades econômicas e culturais das nações em desenvolvimento. Defenderam um modelo de governança tecnológica multilateral, onde os

padrões possam ser decididos de forma inclusiva dentro do sistema da ONU, garantindo que a inovação não seja utilizada como pretexto para sanções ou barreiras comerciais.

Sobre a Inteligência Artificial, a declaração destacou a necessidade de mitigar vieses algorítmicos que frequentemente marginalizam identidades e contextos do Sul Global. O grupo convocou a Presidência do CDH a apoiar relatores especiais que investiguem como as novas tecnologias podem ser aplicadas para reduzir a pobreza e melhorar serviços de saúde e educação, em vez de apenas servir para o lucro de grandes corporações transnacionais.

Destaque Diplomático: Esta declaração foi fundamental para o HRC61, pois serviu de base para a resolução que estabelece um novo painel de especialistas sobre "Tecnologia, Direitos Humanos e Redução de Assimetrias Globais".

A Declaração Conjunta sobre Tecnologia da 61ª Sessão do CDH materializou-se em ações práticas através da busca pela soberania tecnológica do Sul Global. Ao definir a IA e a Biotecnologia como novas fronteiras de cooperação, o MNA buscou reduzir a dependência do Norte Global e diversificar cadeias de suprimentos. Exemplo central dessa estratégia foi a sinergia entre a **Índia e a Sérvia**, que conectou a vasta escala industrial indiana — a "farmácia do mundo" — à pesquisa biotecnológica sérvia. Essa articulação fortalece a segurança sanitária regional e transforma o discurso de não ingerência em autonomia econômica concreta, consolidando a resiliência tecnológica e a saúde pública como pilares da nova agenda bilateral do movimento.

Outros Destaque do MNA

18 a 21 de fevereiro de 2026 – Diplomacia Bilateral e Regional. O Azerbaijão (anterior presidente do MNA) realizou reuniões de alto nível com o Reino de Essuatíni. Ambas as nações reafirmaram o seu compromisso de apoio mútuo no âmbito do MNA e da ONU, focando-se especificamente na cooperação estratégica e no desenvolvimento do setor público.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

As atividades do NAMYO ocorreram de forma integrada à agenda principal do MNA em Genebra, focando na renovação geracional das lideranças do Sul Global.

O grande destaque foi o **Fórum Consultivo de Jovens Líderes do MNA**, realizado em paralelo à 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Neste fórum, os destaques foram:

Promoção do "Pacto para o Futuro Digital". O NAMYO focou intensamente na literacia algorítmica e na participação de jovens na governança da IA. Defenderam que, para os países em desenvolvimento, a tecnologia não é apenas uma questão de consumo, mas de soberania educativa. Eles propuseram a criação de uma rede de intercâmbio técnico entre universidades do bloco para reduzir a "fuga de cérebros".

Defesa da Justiça Climática e Equidade Intergeracional. Este é um tema recorrente para o NAMYO e eles apresentaram um documento focado na dívida climática, argumentando que as populações jovens do Sul Global são as mais afetadas pelas decisões financeiras tomadas hoje. Ao apoiarem a proposta dos embaixadores do MNA de reformar a arquitetura financeira global, acrescentaram a demanda por "Empregos Verdes" financiados por fundos de transição climática.

Direitos Humanos e Diversidade Cultural. O NAMYO reforçou a posição contra a seletividade nos Direitos Humanos, focando na proteção do patrimônio cultural e no direito de jovens de nações em desenvolvimento expressarem suas identidades sem a hegemonia cultural do Norte Global.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Os pontos centrais das atividades do Centro Sul foram:

Soberania Tecnológica e IA: Durante a 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (HRC61), o Centro Sul apoiou a articulação do MNA na defesa do acesso a tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial, como um componente do Direito ao Desenvolvimento. O Centro destacou a importância da criação de mecanismos internacionais para a transferência de tecnologia em termos favoráveis aos países do Sul Global.

Segurança Sanitária e "Farmácia do Mundo": O Centro colaborou com debates sobre o fortalecimento da segurança sanitária, citando a sinergia entre a produção industrial da **Índia** e a pesquisa da **Sérvia** como um modelo para aumentar a oferta de medicamentos acessíveis e reduzir a dependência do Norte Global.

Resistência Antimicrobiana (RAM): Houve destaque para o lançamento de ferramentas baseadas em evidências para o combate à RAM, como a estrutura **GUIDE**, apresentada por especialistas do South Centre para fortalecer a gestão global de antibióticos.

Justiça Climática e Comércio: Em relatórios e discussões preparatórias, o Centro focou no alinhamento entre políticas comerciais e ação climática, enfatizando a proteção do espaço político para a **industrialização verde** na África e o uso de pareceres consultivos de tribunais internacionais (como a CIJ) para transformar promessas climáticas em obrigações legais.

Tributação da Economia Digital: O South Centre continuou a examinar a implementação de impostos sobre serviços digitais em países como Colômbia, Índia e Nigéria, propondo caminhos para a harmonização tributária no âmbito da Convenção-Quadro da ONU.

Essas ações serviram de base para a resolução da HRC61 que estabeleceu um novo painel de especialistas sobre "Tecnologia, Direitos Humanos e Redução de Assimetrias Globais"

Artigos de pesquisa

19 de fevereiro de 2026 – Inteligência Artificial e o Sul Global: Impactos, Oportunidades e Abordagens Políticas

Danish

A inteligência artificial (IA) está redesenhando as economias globais, trazendo para o Sul Global tanto oportunidades transformadoras quanto riscos complexos. Para navegar nesse cenário, os países em desenvolvimento precisam de uma regulação proativa que equilibre salvaguardas éticas e fomento à inovação. Este artigo avalia os impactos da IA na transformação digital, no trabalho e na indústria do Sul Global, defendendo governanças flexíveis e adaptadas às realidades locais. Eventos como a **Cúpula de Impacto da IA na Índia** exemplificam a importância do engajamento multissetorial e da cooperação internacional para garantir que a IA seja uma ferramenta segura, confiável e, acima de tudo, um motor para o desenvolvimento sustentável. Para ler o artigo completo, clique aqui.

Resumo de políticas

27 de fevereiro de 2026 – Solução de Dois Pilares da OCDE: Projetada para Impedir a Deslocalização da Produção de Alta Tecnologia para o Sul Global

Abdul Muheet Chowdhary

A "Solução de Dois Pilares" da OCDE tem sido percebida como um instrumento que favorece os interesses das economias desenvolvidas, visando desencorajar a deslocalização de empresas multinacionais (EMNs) de setores estratégicos — como semicondutores e energia limpa — para o Sul Global. Além disso, a estrutura atual tende a erodir a base tributária dos países em desenvolvimento em benefício do Norte Global, tendência agravada por isenções recentes concedidas a EMNs estadunidenses no âmbito do Imposto Mínimo Global. Diante desse cenário, é fundamental que os Estados-Membros do South Centre e demais nações em desenvolvimento resistam a pressões externas, fundamentando suas decisões em evidências que priorizem a soberania fiscal. Recomenda-se a exploração de alternativas mais simplificadas e equitativas, que garantam um retorno financeiro e um espaço de política industrial mais vantajoso para o desenvolvimento nacional. Para ler este resumo de política, clique aqui.

25 de fevereiro de 2026 – Análise das Questões de Propriedade Intelectual às vésperas da 14ª Conferência Ministerial da OMC

Nirmalya Syam e Viviana Munoz Tellez

Este relatório analisa as deliberações sobre o Acordo TRIPS durante a reunião do Conselho Geral da OMC em dezembro de 2025. Apesar da relevância estratégica dos temas tratados, o profundo impasse entre os Membros quanto às prioridades futuras da Organização impediu a adoção de decisões substantivas. Como reflexo dessa paralisia, nenhum dos tópicos de propriedade intelectual foi incluído na agenda oficial da 14ª Conferência Ministerial (MC14),

em Yaoundé. Essa resistência ao engajamento técnico tornou-se uma dinâmica recorrente, evidenciando uma fragmentação no Conselho do TRIPS. No entanto, é imperativo que a MC14 assegure, ao menos, a prorrogação da moratória sobre reclamações de "não violação e situação" e estenda o prazo para aceitação do Protocolo de Emenda ao Acordo. Subsiste, contudo, o entendimento de que todas as questões permanecem pendentes e passíveis de debate futuro, independentemente dos resultados imediatos da Conferência em Camarões. Para ler o relatório complete, clique aqui.

3 de fevereiro de 2026 – Desvendando as Armadilhas da Inovação: Uma Abordagem de Pensamento Sistêmico para a Colaboração Universidade-PME

Dr. Ufuk Türen e Syed Ibrahim Bilal Majid

Apesar do crescente interesse institucional, as parcerias entre universidades e pequenas e médias empresas (PMEs) frequentemente estagnam antes de gerar inovação sustentável. Este estudo adota a perspectiva do pensamento sistêmico para diagnosticar essas falhas como desafios estruturais, e não meramente individuais. Utilizando a Universidade Técnica OSTİM (OSTİMTECH) como caso clínico, a pesquisa emprega Diagramas de Laços Causais (DLCs) para mapear as dinâmicas de feedback que moldam a confiança e os fluxos de conhecimento. A análise destaca o arquétipo "Sucesso para os Bem-Sucedidos", revelando como os incentivos acadêmicos tradicionais priorizam publicações em detrimento da inovação aplicada. O modelo resultante identifica pontos de alavancagem cruciais para a reforma em universidades de terceira geração, propondo a recalibração de incentivos e o fomento a parcerias de longo prazo. Ao reformular a colaboração universidade-indústria sob uma ótica sistêmica, este artigo oferece diretrizes práticas para construir ecossistemas de inovação mais resilientes e integrados. Para ler o documento completo, clique aqui.

Visão do Sul

26 de fevereiro de 2026 – Acordo do G20 sobre Minerais Críticos: Um Passo Rumo à Equidade ou uma Nova Fronteira Extrativa?

Touba Esfahani Nejad

Este artigo analisa a Estrutura de Minerais Críticos do G20, instituída sob a presidência da África do Sul, avaliando seu potencial para promover uma governança mineral efetivamente equitativa. A pesquisa examina os pilares da Estrutura e os compromissos da Declaração de Joanesburgo, contrastando as implicações para nações exportadoras, polos de refino e economias importadoras. O estudo dedica atenção especial ao "gap" entre as ambições políticas e as barreiras estruturais, como as restrições ao espaço de política industrial impostas pela OMC e a escassez de transferência tecnológica. Conclui-se definindo as condições necessárias para que esta Estrutura impulsione a industrialização e a agregação de valor no Sul Global, evitando que o mecanismo se reduza a um mero instrumento de garantia de suprimento para as economias avançadas. Para ler o documento completo, clique aqui.

23 de fevereiro de 2026 – Tributação de serviços digitais – Uma solução de direito interno para superar as barreiras dos tratados tributários

Radhakishan Rawal

O tratamento fiscal de serviços transfronteiriços permanece um desafio em aberto, mesmo após quinze anos de sua identificação como prioridade no Projeto BEPS. Ante o impasse

na finalização do Montante A (Pilar Um) da OCDE, o Comitê Intergovernamental de Negociação (INC) da ONU avança na elaboração de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional. O êxito desta iniciativa, contudo, está condicionado à adesão das economias desenvolvidas aos protocolos pertinentes.

Este artigo avalia uma proposta de direito interno apresentada na sessão de fevereiro de 2026 do INC, em Nova York. A estratégia sugere que legislações nacionais definam "lucros de uma empresa" de modo a excluir remunerações por serviços digitais, superando restrições de tratados vigentes. Dessa forma, o país de origem teria prerrogativa para tributar tais rendimentos com base no Artigo 21(3) de seus acordos, desde que alinhados à Convenção Modelo das Nações Unidas. Para ler o documento completo, clique aqui.

Declarações

9 de fevereiro de 2026. – 5ª Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG5) -O Sul Global criticou o desequilíbrio no **Acordo de Pandemias da OMS**. O grupo denunciou que, enquanto o compartilhamento de patógenos é obrigatório, a partilha de benefícios e a transferência de tecnologia permanecem voluntárias. Exige-se o princípio de "igualdade de condições" para garantir acesso justo a insumos e tecnologias.

Este pronunciamento reflete a tensão histórica entre o Norte e o Sul Global sobre o sistema **PABS** (Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios). Países em desenvolvimento, liderados pelo Grupo Africano, argumentam que o texto atual favorece a segurança sanitária global sem garantir contrapartidas industriais ou farmacêuticas para as nações que fornecem os dados biológicos.

24 de fevereiro de 2026 – Equidade, Estado de Direito, Coordenação, Inclusão e Ação: Intervenção de Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul no Seminário sobre Governança Global

O Diretor Carlos Correa defendeu o multilateralismo baseado em equidade e ação, alertando contra a fragmentação institucional e os "silos temáticos". Propôs a criação de um "**Global South Hub**" e um **Fórum Virtual com IA** para integrar negociações globais. Reafirmou que a cooperação Sul-Sul, exemplificada por parcerias como China-Brasil e BRICS, supera barreiras culturais para gerar inovação.

Esta intervenção do Diretor do Centro Sul, focou na necessidade de coerência sistêmica. Ele argumentou que o Sul Global enfrenta dificuldades não por falta de propostas, mas pela dispersão de fóruns e pela redução de recursos para delegações de países menos desenvolvidos.

Ele enfatizou que os Direitos Humanos, o Comércio e a Tecnologia (IA) não podem mais ser discutidos separadamente. O Centro Sul atua justamente nessa interface para evitar que as normas sejam desconectadas da realidade financeira e social dos países em desenvolvimento.

A proposta de um **Fórum Virtual habilitado por IA** é uma solução pragmática para aumentar a capacidade de negociação do Sul Global, permitindo uma coordenação interna em tempo real, independentemente da presença física em todas as sedes da ONU.